



## **PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA VALORIZAÇÃO DE COMUNIDADES TRADICIONAIS:**

**DEMANDAS SOCIAIS E O PROJETO DO POLO TECNOLÓGICO DO MAR DA BAÍA DE SEPETIBA - RJ.**

Rafaela Rosa Chaves Cardoso<sup>1</sup>

Edmir Amanajás Celestino<sup>2</sup>

Lamounier Erthal Villela<sup>3</sup>

---

1Administradora Pública, Mestranda no Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas - PPGDT/UFRRJ, pesquisadora no Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas - PEPEDT/UFRRJ, rafaelaadmpublica@gmail.com

2 Oceanógrafo, Mestre em Antropologia, Doutorando no Programa de Pós Graduação em Ciência Tecnologia e Inovação em Agropecuária - PPGCTIA/UFRRJ, pesquisador no PEPEDT/UFRRJ, amanajas@ufrj.br

3 Economista, Mestre em Planejamento Energético, Doutor em Economia Aplicada, Pós-doutor em Administração Pública. Professor Associado do Departamento de Economia do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas - DECE/ICSA/UFRRJ, do PPGCTIA/UFRRJ e PPGDT/UFRRJ. Coordenador do PEPEDT/UFRRJ e do Colegiado Territorial Rural da Baía da Ilha Grande - Colegiado BIG, lamounier.erthal@gmail.com

O presente artigo tem como finalidade analisar as atividades de pesquisa e extensão universitária realizadas pelo Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (PEPEDT), como subsídio para a reflexão crítica sobre o desenvolvimento do projeto do Polo Tecnológico do Mar da Baía de Sepetiba (PTM-BS), em sua proposição de governança e atividades que incluem comunidades tradicionais, que residem nas Baías de Ilha Grande e de Sepetiba. Utiliza-se como aporte teórico-metodológico os princípios da Gestão Social e de Desenvolvimento Sustentável, assim como reflexões a partir da Teoria Crítica. A análise, quanto aos impactos socioambientais de empresas e megaempreendimentos participantes do projeto de implantação do PTM-BS e sobre as demandas relatadas pelas comunidades em atividades desenvolvidas pelo PEPEDT, demonstram que os possíveis projetos de extensão a serem apoiados no plano de desenvolvimento do PTM-BS, atendem parcialmente aos anseios dessas comunidades, quanto a ações de mitigação e compensação de impactos negativos. Verifica-se ainda que a proposição original do projeto do pólo não engloba a inclusão das comunidades na construção de uma governança participativa. Nesse sentido, avalia-se a influência do impacto da pandemia de Covid-19 e do contexto político atual a nível Estadual e Federal sobre o processo de desenvolvimento da proposta do PTM-BS, gerando reflexões que subsidiem futuros trabalhos de contextualização de cenários quanto à participação de comunidades tradicionais em sua implementação.

**Palavras-chave:** Comunidades Tradicionais; Desenvolvimento Territorial Sustentável; Extensão Universitária; Pólo do Mar da Baía de Sepetiba; Gestão Social.

## INTRODUÇÃO

O presente artigo analisa as atividades, enquanto ferramentas, de pesquisa e extensão universitária de modo a estimular e proporcionar participação e controle social de comunidades tradicionais, que residem nas Baías de Ilha Grande (BIG) e de Sepetiba (BS), em espaços de representação, defesa de interesses e direitos. Em específico, foram observadas as atividades fomentadas pelo Programa de Ensino, Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas (PEPEDT), como ferramentas de Gestão Social.

Analisou-se como estas ferramentas poderiam proporcionar subsídios para a reflexão crítica que sustente uma governança participativa, inicialmente proposta no projeto do Polo Tecnológico do Mar da Baía de Sepetiba (PTM-BS). Para tanto, avaliou-se a efetividade da inserção das pautas destas comunidades de forma: inclusiva, participativa e dialógica, na proposição de projetos apresentados, como parte da proposta de desenvolvimento do PTM-BS. Tais projetos, seriam subsidiados pelas empresas e megaempreendimentos participantes, enquanto políticas de mitigação e compensação socioambiental.

Para este trabalho, foram utilizados materiais bibliográficos, audiovisuais, telemáticos e documentais, como: artigos científicos, dissertações e teses acadêmicas, sites e documentos de organizações socioambientais, de organizações privadas e de instituições públicas, assim como materiais resultantes de cursos de extensão, oficinas e debates realizados pelo PEPEDT. A citação de

falas de atores sociais, foram identificadas utilizando o adjetivo “observador(a)”, diferenciados por letras, apontando breve identificação de atividade e localidade.

Este trabalho toma os conceitos e princípios da Gestão Social<sup>4</sup>, do Desenvolvimento Sustentável e reflexões sobre o olhar da Teoria Crítica<sup>5</sup>, como critérios de análise, e a fim de gerar reflexões que subsidiem tanto futuros trabalhos<sup>6</sup> de contextualização de cenários futuros, quanto a participação de comunidades tradicionais em sua implementação.

O projeto do PTM-BS é baseado no modelo do Pôle Mer Bretagne-Atlantique (PM-BA), constituído por pequenas e médias empresas, que têm como objetivo exportar seus produtos e serviços. O PM-

4 Utiliza-se aqui o conceito de Gestão Social a partir das definições estabelecidas por pensadores brasileiros da Rede de Gestão Social: “Em síntese, a gestão social pode ser apresentada como a tomada de decisão coletiva, sem coerção, baseada na inteligibilidade da linguagem, na dialogicidade e no entendimento esclarecido como processo, na transparência, como pressuposto e na emancipação como fim último [...] em outras palavras, pode haver gestão para além dela” (CANÇADO et al, 2011, p 69).

5 A Teoria Crítica tem sempre como “uma de suas mais importantes tarefas a produção de um determinado diagnóstico do tempo presente, baseado em tendências estruturais do modelo de organização social vigente, bem como em situações históricas concretas, em que se mostram tanto as oportunidades e potencialidades para a emancipação quanto os obstáculos reais a ela” (NOBRE, 2004, p.11).

6 Este trabalho é parte da pesquisa para desenvolvimento de dissertação da primeira autora, no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

BA possui uma abordagem de tripla hélice (indústria, governo e academia) (PMBA, 2021), também é utilizada na proposta do PTM-BS, e busca trabalhar com ações que proporcionem inovação tecnológica pautada no equilíbrio econômico, geográfico e estratégico, dentro do contexto da sustentabilidade.

A governança no PM-BA estabelece para sua gestão a composição de uma equipe multidisciplinar, que é composta por diferentes profissionais, com experiências em pesquisas, negócios e desenvolvimento econômico. A Figura 1 apresenta as 82 empresas/instituições, que aderiram ao projeto do PTM-BS.

**Figura 1: Empresas e Instituições inscritas no PTM-BS**

Empresas e Instituições inscritas no Polo Tecnológico do Mar da Baía de Sepetiba		
Empresas/instituições inscritas		
1 LABRAMAN	30 EMPBRAS	58 PROJETO GEOTUR
2 CAJARI	31 EMPBRAS	59 REVICOM
3 AGUINIA DO BRASIL COMERCIO E SERVIÇOS LTDA	32 ENJOUSTON	60 BICO SOTT
4 AM PETERS MOBILIARIA LTDA ME	33 EXPOSITO DO BRASIL	61 SERBAE
5 BAMB	34 FORTES	62 SICTORIAL DE ESPORTES
6 APINAP	35 FAPUR	63 SICT
7 APURA	36 PETRANACARBA	64 SICT
8 BOMPEPE	37 FINPEP	65 SEDUC
9 BOMBA DE SUCUMAS	38 FIBREX	66 SICT
10 BOMBA DE SUCUMAS	39 FIBREX	67 SICT
11 BOMBA DE SUCUMAS	40 FIBREX	68 SIKER COAGULO
12 CÁMARA DEPTIANDOS	41 FOCUS ENTERTERAMENTO	69 SEVCECTE
13 CARL ZEVO	42 FUNDAÇÃO COBERNANT	70 SEV TERNET
14 CASA DA MÚSICA	43 FUNDAÇÃO VALE	71 SODICEPAR BRASILEIRA DE MARRINHA MERCANTE
15 COLTUAQUI	44 ICA	72 UERJ
16 COLTUAQUI	45 INSTITUTO DE ESTUDIOS DO MAR ALMIRANTE	73 UERJ
17 CLUBE TURFENSENSENDO	46 INHOI HORREAS	74 UERJ
18 COMARAPLENEDRO	47 JORDAN ATUVA	75 UVA
19 CONCRETORA NORBERTO ODEBRECHT	48 JOÃO FORTES ENGENHARIA	76 UVA S/A
20 CONSTRUTORA PASSARELLI LTDA	49 LANETVOR	77 VERV CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA
21 CUBA 80	50 MARINHA DO BRASIL	78 UERJ
22 CUBA 80	51 MARINHA DO BRASIL	79 UVA S/A
23 CUBA 80	52 MARINHA MERCANTE	80 KAMATER-IND
24 CUBA 80	53 MARINHA MERCANTE	81 PESTROPETROLIO MUNICIPAL DE MANGARATIBA
25 CUBA 80	54 MARINHA MERCANTE	82 CÁMARA MUNICIPAL DE ITAGUAI
26 CUBA 80	55 MARINHA MERCANTE	
27 DANERSONAL	56 MARINHA MERCANTE	
28 DEER	57 MARINHA MERCANTE	
29 EMIL CLUCK	58 MARINHA MERCANTE	
	59 MARINHA MERCANTE	
	60 MARINHA MERCANTE	
	61 MARINHA MERCANTE	
	62 MARINHA MERCANTE	
	63 MARINHA MERCANTE	
	64 MARINHA MERCANTE	
	65 MARINHA MERCANTE	
	66 MARINHA MERCANTE	
	67 MARINHA MERCANTE	
	68 MARINHA MERCANTE	
	69 MARINHA MERCANTE	
	70 MARINHA MERCANTE	
	71 MARINHA MERCANTE	
	72 MARINHA MERCANTE	
	73 MARINHA MERCANTE	
	74 MARINHA MERCANTE	
	75 MARINHA MERCANTE	
	76 MARINHA MERCANTE	
	77 MARINHA MERCANTE	
	78 MARINHA MERCANTE	
	79 MARINHA MERCANTE	
	80 MARINHA MERCANTE	
	81 MARINHA MERCANTE	
	82 MARINHA MERCANTE	

Fonte: Projeto do Polo Tecnológico do Mar da Baía de Sepetiba, 2019.

A área de estudo abrange os municípios representados no Colegiado Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável da Baía da Ilha Grande (Colegiado BIG), onde se encontram grupos diversos de comunidades tradicionais, como indígenas, quilombolas, pescadores e caiçaras, sendo alguns de seus territórios ainda não reconhecidos. Isto dificulta a defesa de interesses e

demandas dessas comunidades e sua representação em espaços de tomada de decisão no desenvolvimento territorial. O atual representante da Articulação de Comunidades Negras Rurais – RJ, Ronaldo Santos, confirma isso.

Com os títulos, aquela comunidade tem a garantia de permanência na terra por muito tempo. Os quilombos estão sendo exterminados com o avanço da especulação imobiliária e é fundamental que a regularização aconteça, para que essa cultura não morra (ALERJ, 2020)

A região da Costa Verde, que abrange a BIG e BS, passou por transformações ao longo do tempo, que impactam socialmente e ambientalmente comunidades que residem ao seu entorno<sup>7</sup>. Dentre os fatores está a instalação de megaempreendimentos, como os ligados a ampliação e modernização do Porto de Itaguaí/RJ, envolvendo o grupo EBX (Porto Sudeste), Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), Thyssenkrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA), a siderúrgica Techint/Ternium Brasil; as usinas de Angra 1 e 2, além da expansão de Angra 3, e o Porto de Angra dos Reis, em que entre outras empresas opera a Petrobras.

7 Entre os impactos diretos e indiretos gerados por estes empreendimentos estão a poluição atmosférica e de mananciais hídricos, aumento da temperatura, restrição de acesso ao território costeiro e marinho, realocação populacional, desterritorialização, especulação imobiliária, crescimento desordenado, impactos na saúde, entre outros (FRANCISCO, 2016; NASCIMENTO, 2016; FRANCISCO e VILLELA, 2017; OLIVEIRA, 2019)

A mudança no cenário devido às transformações ocorridas devido a instalação dos megaempreendimentos, fazem com que as peculiaridades dos patrimônios natural e cultural se encontram ligados às novas fontes de crescimento nas áreas rurais, onde é percebido o contraste entre os contextos ambientais do campo e da cidade (VEIGA, 2006, p. 7).

De acordo com Nascimento (2016), após a implementação, na região em estudo, de projetos ligados a modernização industrial e a políticas neoliberais desenvolvimentistas, entre as décadas de 60 e 80, e a retomada de projetos de desenvolvimento progressistas nos anos 2000, em especial a partir de 2007, se estabeleceu um aumento contínuo das pressões sobre comunidades tradicionais.

Tais mudanças na região do município de Itaguaí resultaram no aumento do PIB municipal, saltando em 150% em quatro anos (1994-98). Tornaram-se fatores fundamentais para uma série de impactos socioeconômicos durante todo o período. Sendo previamente sinalizados pelo relatório da Fundação para o Desenvolvimento da Região Metropolitana do Rio de Janeiro – FUNDREM no ano de 1975. (NASCIMENTO, 2016, p.51).

Além da pressão dos megaempreendimentos, destaca-se o aumento populacional que ocorreu na região devido ao deslocamento da população, em busca de oportunidades

direta e indiretamente ligadas às atividades das empresas que se instalaram na região. Isto ocasionou passando por um processo de ocupação desordenada, aquecido por empresas ligadas ao ramo da construção civil e do mercado imobiliário, sob a anuência das autoridades governamentais.

Com relação às comunidades tradicionais no Brasil, o que se nota é o encerramento ou estagnação de programas e projetos específicos destinados a esses povos, paralisação de projetos de reforma agrária e abandono dos territórios rurais em favor de uma economia estritamente de mercado (ARAUJO, 2020, apud. NASCIMENTO, 2016).

Desta forma, esses territórios passaram a sofrer uma enorme pressão da especulação imobiliária, se somando às causas dos impactos socioambientais, que afeta as populações tradicionais, dependentes de um equilíbrio ecossistêmico, para a manutenção de seu modo de vida e de suas atividades de geração de renda e subsistência. Neste cenário surgem as propostas de medidas efetivas na mitigação destes impactos.

### **1.1. Comunidades Tradicionais das Baías de Ilha Grande e Sepetiba e o Desenvolvimento Territorial Sustentável**

Nos municípios de Paraty e

Angra dos Reis estão presentes três terras indígenas homologadas, Paraty Mirim, Guarani do Araponga, em Paraty, e Guarani do Bracuí, em Angra dos Reis; uma em reconhecimento, Tekoha Jevy em Angra dos Reis; uma em identificação, Arandu Mirim em Paraty; e um assentamento indígena Pataxó em Paraty, hoje não reconhecido. Esses municípios apresentam quatro territórios quilombolas: um reconhecido, o quilombo do Campinho da Independência em Paraty, e outros três ainda não titulados ou que estão em processo de reconhecimento: Cabral e Guiti, em Paraty, e, Santa Rita do Bracuí, em Angra dos Reis. Além disso, esses municípios apresentam cerca de 73 comunidades de pescadores e caiçaras, sendo 42 em Paraty e 31 em Angra dos Reis (FIOCRUZ, 2015; OTSS, 2019; CPISP, 2021; ISA, 2021; PETROBRAS, 2019).

Em 2019, o Comitê do Patrimônio Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco), reconheceu, na lista internacional de sítios de excepcional valor universal, os territórios que se estendem entre Paraty e Angra dos Reis (RJ) como Patrimônio Mundial da Humanidade, inscrito na categoria de sítio misto, que combina atributos culturais e naturais. Para este reconhecimento foi fundamental a presença das comunidades tradicionais e a sua relação com o território.

Considerando o restante do território que compõe a BIG e BS, o número de comunidades tradicionais aumentam consideravelmente, somando-se as comunidades quilombolas da Marambaia, titulado, e o quilombo de Santa Justina e Santa Izabel, não titulado, ambos em Mangaratiba; e o quilombo

de Alto da Serra, não titulado, em Rio Claro (CPISP, 2021; PETROBRAS, 2019). Também se somam comunidades de pescadores e caiçaras na BS, sendo cerca de 9 comunidades em Itaguaí e 24 em Mangaratiba (NASCIMENTO, 2021; PETROBRAS, 2019).

O processo de desenvolvimento do território, na ótica da implantação de megaempreendimentos, perpassa por um modelo de gestão estratégica, que, somado a característica da concentração de renda gerada na região, resultou num contexto de desigualdade social e econômica na região da BIG e BS, o que não denota um processo de desenvolvimento territorial sustentável, não se direcionando ao bem-estar social das populações locais, em especial as comunidades tradicionais.

O Desenvolvimento Sustentável refere à capacidade de recuperação e reprodução dos ecossistemas (resiliência) em face de agressões antrópicas (uso abusivo dos recursos naturais, desflorestamento, fogo etc.) ou naturais (terremoto, tsunamis, fogo etc.). A segunda, na lógica econômica, como adjetivo do desenvolvimento, onde a noção de sustentabilidade se estabelece sobre a percepção da finitude dos recursos naturais e sua gradativa e perigosa depleção (PINHEIRO, 2012, p. 51).

A contribuição das atividades de pesquisa e extensão universitária através da criação de espaços de diálogos entre a academia e as comunidades tradicionais,

na defesa dos seus direitos, o fomento da participação e o controle social, e o suporte técnico no embasamento das demandas sociais, são ações importantes para a que se fortaleçam processos inclusivos.

O PEPEDT, por meio da oferta de atividades de extensão, promove ações orientadas sobre as bases teóricas da Gestão Social, tomando o desenvolvimento como um conceito multidimensional<sup>8</sup>, e que vai além da simples evidência do crescimento econômico. As capacitações, que são proporcionadas nas ações do programa, resultam em diagnósticos com o objetivo de perceber quais são as principais demandas colocadas pelos próprios participantes das atividades, fomentando assim uma prática ativa de extensão onde a comunidade é integrante da ação, trazendo propostas de reflexões, de ações e dinâmicas.

Neste sentido, o PEPEDT busca integrar atividades, em conjunto com os demais grupos de extensão universitária que realizam atividades na BIG e BS. Em suas ações, desenvolve o Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável Solidário e orienta a prática do tripé do ensino, pesquisa e extensão, exigida pela Constituição Federal de 1988. As atividades do PEPEDT consideram as demandas locais e os principais pontos relatados pelas comunidades com o intuito de aproximar a universidade e as comunidades em seu entorno.

Considerando este cenário,

---

8 O modelo de desenvolvimento multidimensional, se pauta na interação e sinergia entre qualidade de vida, eficiência econômica e gestão pública eficiente, e considera a interação do papel do governo, instituições políticas e sociais com o funcionamento dos mercados (Almeida-Mendes, 2008, p.104).

iniciativas que fortalecem a Gestão Social como o Colegiado BIG, se tornam imprescindíveis para reverter a atual situação de degradação ambiental, socioeconômica e cultural, ocasionada pela operação dos megaempreendimentos. Diante deste contexto, surge a necessidade de analisar as características dessas comunidades num processo de desenvolvimento territorial sustentável que não seja por nenhuma hipótese excludente. Logo, ações que proporcionem o controle social são fundamentais para que o processo de desenvolvimento territorial seja mais igualitário e democrático.

Neste sentido, faz-se importante ressaltar que a região de estudo está articulada como instância de representação e deliberação do Colegiado BIG (figura 2), que consiste num fórum que promove o controle social sobre o território. Este surgiu a partir da demanda de implementação do Programad e Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (PDSTR) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), dissolvido em 2016. Apesar das mudanças de direcionamento da política federal, o Colegiado BIG permaneceu com suas atividades junto às comunidades rurais do território, com o apoio institucional da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), através do PEPEDT.

**Figura 2:** Mapa do Estado do Rio de Janeiro com destaque aos municípios abrangidos do Colegiado Territorial Rural da Baía da Ilha Grande.



Fonte: Elaborado pela autora (2021).

A figura acima apresenta a divisão de Regiões oficiais do Estado do Rio de Janeiro, e destaca os municípios de Seropédica e Itaguaí na Região Metropolitana; a Região da Costa Verde com os municípios de Paraty, Angra dos Reis e Mangaratiba; e por último, a Região do Médio Paraíba com o município de Rio Claro, representados no Colegiado BIG.

O projeto do PTM-BS (2019) tem como proposta criar sinergias econômicas sustentáveis, pautadas em inovação tecnológica; estabelecer alternativas de sustentabilidade para as comunidades urbanas e rurais; e valorizar os aspectos humanos e culturais, através da parceria entre empresas do setor industrial, atores locais e instituições governamentais<sup>9</sup>. O PTM-BS objetiva ser um instrumento indutor para a promoção da agenda do 9 O Pólo do Mar sustenta-se no Decreto nº 9.283/2018, que regulamenta o Novo Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei nº 13.243/2016), a partir da Lei nº 10.973/2004 e da Emenda Constitucional no. 85/2015. (PTM-BS, 2020, p.2).

desenvolvimento sustentável das regiões da BIG e BS e de reverter a atual situação de degradação ambiental.

Para que as políticas compensatórias atendam a demanda social de forma incluyente e dialógica, é essencial a participação coletiva dos atores locais nos processos decisórios e formatação de projetos ligados ao PTM-BS, assim, supõe-se que questões relacionadas às comunidades tradicionais, precisam ser efetivamente direcionada ao atendimento de seus interesses, proporcionando o bem comum.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O Colegiado BIG possibilitou a formação de redes de atuação entre as comunidades tradicionais, o poder público, as universidades e os órgãos de promoção de extensão rural dos territórios da BIG e BS. Os atores locais que se encontram nesses territórios, apresentam particularidades distintas em relação à identidade, atividades de geração de renda, cultura, territorialidade e organização social. Entre as ações desenvolvidas pelo PEPEDT, está o suporte às atividades do Colegiado BIG, as oficinas e os cursos de extensão, com a finalidade de buscar capacitar e dar voz e vez aos atores locais na discussão sobre o território.

Os cursos de extensão e as oficinas que são fornecidos pelo PEPEDT são exemplos de ferramentas da gestão social que buscam a capacitação e inclusão de todos os membros que compõem o Colegiado BIG e o meio

acadêmico. Entre os cursos de extensão oferecidos pelo PEPEDT está o de “Formação de Agentes Municipais: Gestão Social e Desenvolvimento Sustentável”, que possui um segundo módulo com o título “As dimensões do Desenvolvimento Sustentável: A participação Social no Território da Baía da Ilha Grande”.

As atividades são oferecidas de forma gratuita com o objetivo de proporcionar um maior entendimento quanto às relações de poder no âmbito municipal e quanto as legislação referentes aos direitos e participação social no processo de tomada de decisão, levando a uma reflexão crítica por parte dos alunos sobre o âmbito social e econômico, possibilitando um maior entendimento entre os agentes e atores dos territórios e potencializando ações em rede, a exemplo da construção do Observatório Territorial da Baía da Ilha Grande (OT-BIG).

A demanda de estruturação do OT-BIG foi desenvolvida a partir das oficinas de construção do “Pacto pela BIG”, formalizada pelos atores sociais que participam do Colegiado BIG através de reunião realizada em dezembro de 2020. A partir desta demanda social, o PEPEDT vem desenvolvendo oficinas com os observadores, com o objetivo de elaborar o projeto executivo do OT-BIG de forma participativa, inclusiva e dialógica.

O Pacto pela BIG promove uma ação contínua de extensão, fortalecendo a autonomia e o protagonismo do controle social por meio dos agentes locais. Como resultado do Pacto pela BIG é esperado além da maior participação social, a partir da observação do

território, a coesão e coalizão dos movimentos e redes que compõem a BIG, sem isso fica difícil imaginar a sustentabilidade (COLEGIADO BIG, 2020).

O Pacto pela BIG foi estabelecido como um processo participativo envolvendo organizações que compõem o Colegiado BIG, com o objetivo de ampliar o escopo de participação de atores locais nas instâncias municipais e organizações territoriais, em especial em Conselhos municipais, Conselhos Gestores das Unidades de Conservação e Comitês de Bacias Hidrográficas. A carta do “Pacto pela BIG” é um manifesto que foi desenvolvido nas oficinas oferecidas pelo PEPEDT e homologada em assembleia do Colegiado BIG.

A Carta do “Pacto pela BIG” busca proporcionar uma agenda de governança territorial participativa, em prol do desenvolvimento sustentável, e, um compromisso que estabeleça coletivamente as demandas por políticas públicas no âmbito do território, dialogando com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), das Nações Unidas (COLEGIADO BIG, 2020, p.2).

Espera-se como resultado destas ações gerar uma maior capacidade crítica e analítica, sobre o território em que os participantes estão inseridos, proporcionando uma análise sobre as decisões do poder público e o papel da sociedade no controle social, que busca

o desenvolvimento territorial sustentável e o bem comum. As formações hoje são direcionadas à capacitação de Observadores Territoriais, no processo de construção do OT-BIG.

Outra ação realizada pelo PEPEdT é o bate-papo com o Colegiado BIG, que ocorre no formato de lives no Facebook e é uma iniciativa em que participam pesquisadores que compõem o PEPEdT, na moderação, e representantes do Colegiado BIG, comentando questões locais relacionadas à realidade dos indivíduos, no âmbito do desenvolvimento do território, alterações em seus modos de vida, devido a impactos dos megaempreendimentos, e o modelo de gestão estratégica, que exclui o bem estar social.

O bate-papo com o Colegiado BIG surgiu como resposta ao isolamento social no início da pandemia de COVID-19, como uma ferramenta para fortalecer laços, em especial neste momento tão difícil, em que novas formas de manter as relações sociais se tornaram algo muito importante. Assim, o bate-papo tem o intuito de estabelecer a dialogicidade e escuta sobre temas previamente apontados nas reuniões do Colegiado BIG, como um espaço de voz e vez aos atores locais, e como uma ferramenta de difusão e fomento à Gestão Social.

Através dos relatos dos convidados durante as lives (figura 3), foi possível identificar suas percepções quanto a realidade excludente em espaços de tomada de decisão sobre o território onde residem, que impedem ou dificultam a denúncia e o pedido de providências quanto aos impactos

gerados pelos megaempreendimentos sobre seus modos de vida e atividades de geração de renda e subsistência.

**Figura 3:** Sistematização de relatos do Bate Papo com o Colegiado BIG.

Sistematização de relatos do Bate-Papo com o Colegiado BIG					
Observadores	Identificação	Localidade	Município	Data	Tema
Observador A	Pesquisador	UFRRJ	Seropédica	16/03/2021	O Observatório Territorial do BIG e Partilhações
Observador B	Pesador	Baía de Sepetiba	Ingrami	30/03/2021	A construção coletiva do OT-BIG
Observador C	Caçara	Biritiba	Paraty	22/09/2020	Bate-papo com o Colegiado BIG
Observador D	Caçara	Ilha Grande	Angra dos Reis	15/04/2021	Primeira reunião virtual do Observatório Territorial da Baía de Ilha Grande (OT-BIG)
Observador E	Quilombola	Quilombo do Caguito	Paraty	28/06/2021	Quilombos e desafios de sua reconstrução durante a pandemia

Fonte: Elaborado pela autora, 2021.

Esse exercício favorece a discussão sobre as possibilidades de mitigação de problemas no território. Diante dos relatos feitos pelos convidados, pode-se observar a necessidade de políticas mitigadoras e compensatórias efetivas na região afetada pelos impactos das indústrias. Nesse sentido, o PEPEdT realizou um esforço para direcionar a realização do bate-papo na discussão de temas que contribuam com a construção do OT-BIG, a fim de melhorar a capacidade de controle social a partir da sistematização da contribuição dos observadores, através da fundamentação de informações destinadas às autoridades, à sociedade civil e às empresas, quanto a um planejamento pautado em pactuações para o desenvolvimento territorial sustentável no território abrangido pelo Colegiado BIG.

É fundamental o compartilhamento de conhecimentos da academia com os

observadores através da extensão. Conseguir reunir os observadores que conhecem a realidade local e que apresentem informações sobre o território que favorecem a análise do cenário e ajudam a propor ações que mitiguem os impactos existentes no território (Observador A, pesquisador do PEPEDT, PEPEDT, 2021b).

Outro bate-papo teve foco na construção coletiva do OT-BIG, demonstra por meio dos relatos do convidado de forma clara a realidade dos moradores que convivem com os impactos de megaempreendimentos no território da BIG e BS.

O Porto Sudeste tem o projeto de realizar um transbordo de petróleo de um navio para o outro dentro de uma baía que possui manguezais e a própria sociedade civil ao seu redor. Esse projeto gera preocupação devido aos problemas de vazamento de petróleo já ocorridos em municípios que estão no seu entorno (Observador B, pescador da Ilha da Madeira/Itaguaí-RJ, PEPEDT, 2021a).

O Observador B, também relata questões relacionadas ao meio ambiente e à saúde de pescadores, informando que “a prefeitura não está preocupada com o meio ambiente e nem com a saúde da população” (PEPEDT, 2021a) mencionando os municípios de Itaguaí e Mangaratiba como exemplos de territórios impactados por vazamentos recentes de petróleo, afetando não apenas a questão ambiental, mas também a cultural, social e econômica.

Diante dessas questões, é possível evidenciar a não existência de um planejamento correto nas ações por parte do poder público, e a importância de instâncias de controle social na mediação de interesses dos atores sociais, a exemplo do Conselho do Meio Ambiente de Itaguaí, que deve avaliar situações que geram impactos sobre as comunidades tradicionais.

O Observador C, caiçara de Paraty, representante do Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra/Paraty/Ubatuba<sup>10</sup>, trouxe questões de conflitos como a construção da Hidrelétrica de Bracuí, que pode afetar o quilombo de Santa Rita de Bracuí e a terra indígena Guarani do Bracuí.

A construção da Hidrelétrica de Bracuí não teve o conhecimento das comunidades tradicionais [...] as comunidades tradicionais se colocaram contra mais um megaempreendimento que irá ocasionar impactos na vida da população e, também, na biodiversidade do território (Observador C, caiçara de Paraty/RJ, PEPEDT, 2020).

O Observador C relata que “O histórico da Baía da Ilha Grande sempre foi de bastante conflito, considerando os diversos interesses que permeiam o território” (PEPEDT, 2020). Ele aponta que não houve diálogo mais aprofundado com

10 O Fórum de Comunidades Tradicionais de Angra/Paraty/Ubatuba, tem o objetivo de fortalecer as representações de caiçaras, indígenas e quilombolas em espaços de tomada de decisões, dialogar com o setor público, e dar voz a as comunidades tradicionais do território (OTTS, 2019)

os atores locais em relação ao projeto da hidrelétrica e seus impactos de vizinhança, não sendo possível avaliar, a partir do olhar das comunidades tradicionais, os impactos sobre o seu modo de vida e território.

A energia que será gerada pelo projeto complementa a demanda de abastecimento dos megaempreendimentos e apesar de aproveitar dos serviços ecossistêmicos da região em que vivem quilombolas e indígenas, não vislumbra em seu planejamento a inclusão destas comunidades, cujo modo de vida sustentável é essencial para conservação dos mananciais hídricos que serão utilizados na geração de energia.

Desta forma, é possível evidenciar que projetos como o da hidrelétrica de Bracuí surgem da demanda de agentes que representam o grande capital, e que o poder público estabelece seu planejamento a partir de um modelo de gestão estratégica sem diálogo e sem a participação das comunidades tradicionais, causando incerteza e mesmo um certo pânico nestas comunidades, ao serem deixados alheios dos espaços de tomada de decisão sobre ações que impactam o território, sem possibilidade de exercer o controle social.

A Observadora D, caiçara, membro do Coletivo Educação Solidária (CES) - Ilha Grande, mencionou que em setembro de 2018, na praça Nilo Peçanha em Angra dos Reis, foi realizada uma audiência de grande importância, organizada pelo Ministério Público e que teve como título “Situação dos Povos Tradicionais e Caiçaras da Baía da Ilha Grande”. A audiência teve como foco

principal a Praia Grande das Palmas, e foi aberta aos moradores da Ilha Grande para que pudessem contribuir com suas falas sobre os problemas recorrentes nessa localidade, citando a importância destes espaços para o controle social.

Entre ações que o CES vem movendo no território, está a discussão de como mitigar os impactos do Covid-19; identificar, mapear e cadastrar os empreendimentos culturais e de economia criativa; a defesa da cultura tradicional, do meio ambiente e de uma economia mais inclusiva; valorizar, fortalecer e criar oportunidade de geração de trabalho e renda para os ilhéus, bem como a sua emancipação social; estimular a criação de uma rede de apoio regional ao comércio justo e solidário, baseado nos princípios de sustentabilidade, cooperação, autogestão e valorização das culturas tradicionais da região.

A Observadora D pontua que as atividades do Colegiado BIG são importantes para a comunidade local, assim, ressalta que é a partir de espaços que proporcionam a representação e o controle social de comunidades tradicionais que a “organização dos caiçaras da Ilha Grande se fortalece na luta pelo bem comum” (PEPEDT, 2021c). Também menciona a importância de iniciativas de extensão na capacitação de atores locais em reuniões do Colegiado BIG e em cursos oferecidos pelo PEPEDT que participou.

O Observador E, liderança quilombola do quilombo do Campinho da Independência em Paraty, pontua os desafios e a cobrança no papel de representação das comunidades

tradicionais nos espaços de representação e controle social, e a importância de fundamentar o processo de desenvolvimento territorial sustentável ao grupo.

Nós não podemos errar, isso é claro que errar é humano, nós também erramos, mas assim, a gente sempre trabalhou com essa ideia de que a política do quilombo é uma política ameaçada por si só, porque o Brasil é um país racista (...). A nossa capacidade de gerenciar um território e torná-lo produtivo de fato, é questionada desde de sempre. Apesar de tudo isso, é muito importante que a nossa prática de vida reforce essa política, como algo importante. As pessoas que discutem quilombo, por bem ou por mal, nossos parceiros ou os nossos adversários, seja da gestão ou seja da academia, ou de outros espaços, costumam selar algumas coisas (...) a questão ambiental, enxergam como se fosse uma obrigatoriedade, uma responsabilidade ambiental extra para além daquela que qualquer cidadão tenha no Brasil. Eles nos tratam como se a gente fosse assim, ou uma ameaça para o meio ambiente, ou uma oportunidade de zelar pelo meio ambiente. (...) o espaço para a gente é um ambiente de reprodução, um ambiente de vida. (...) as comunidades tradicionais são vistas como um público pobre, que pesa para o Estado (Observador E, PEPEDT, 2021c).

A partir do mapeamento de informações geradas pelos observadores, é possível reunir informações e consolidar dados sobre um desenvolvimento

territorial sustentável estabelecido no contexto multidimensional, das redes de observadores que vivem e atuam no território. Através das informações geradas pelas análises a partir da parceria com universidade, os observadores têm a oportunidade de visualizar e sistematizar o conhecimento acadêmico e o saber local em materiais consolidados, como relatórios, notas técnicas e indicadores locais.

Neste sentido, a contribuição universitária em trabalhos de pesquisa e extensão que operam sob diferentes olhares disciplinares, precisa se pautar em princípios de reciprocidade e transparência, gerando confiança entre os atores ao estabelecer espaços democráticos, inclusivos e acessíveis, de modo que os conhecimentos mútuos sejam absorvidos com total entendimento. Assim, destaca-se que atividades como o bate-papo com o Colegiado BIG e demais atividades de extensão universitária realizadas pelo PEPEDT, utilizam linguagem acessível, proporcionando a trocas de saberes.

O OT-BIG, vem processando informações sobre a realidade do território e operando a transformação destas em matéria-prima para análises sobre o desenvolvimento local. Foram sistematizadas uma série de informações pautando-se nos relatos dos participantes e constituindo assim um eixo de análise e orientações de atividades a serem desenvolvidas pelo observatório, (figura 4) presentes na Carta do Pacto pela BIG.

**Figura 4:** Quadro de sistematização de demandas sociais e eixos de participação para geração de indicadores de sustentabilidade.

Êtica / Organização	Administração municipal	Articulação territorial	Extensão universitária	Organização social	Objetivos, resultados esperados
Segurança alimentar, agroecologia e território	ODS 2 – Fome zero	ODS 15 – Vida terrestre	ODS 13 – Ação contra a mudança de clima	ODS 12 – Consumo e produção responsáveis	FACESSAR, solidário aos recursos
Identificação, cultura e ecologia	ODS 11 – Cidades sustentáveis	ODS 1 – Estruturação da pobreza	ODS 4 – Educação de qualidade	ODS 5 – Igualdade de gênero	INCLUIR nas datas e produção de saberes
Saneamento, resíduos, água	ODS 3 – Saúde e bem estar	ODS 6 – Água potável e saneamento	ODS 14 – Vida nas águas	ODS 7 – Energia limpa e renovável	CUIDAR de vida cotidiana e lazer
Participação, organização, política	ODS 16 – Paz, Justiça e Instituições eficazes	ODS 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura	ODS 8 – Trabalho decente e crescimento	ODS 10 – Redução das desigualdades	PACTUAR e gerar um uso dos recursos
Monitoramento					ODS 11 – Reservas e meios de implementação

Fonte: Carta do Pacto pela BIG (COLEGIADO BIG, 2020).

Diante desta dinâmica, o OT-BIG se torna fundamental na identificação dos problemas existentes no território, no planejamento e na implementação de ações que busquem o bem comum e melhorias para a região. Assim, considera-se que as ferramentas de Gestão Social utilizadas pelo PEPEDT auxiliam na elaboração de políticas compensatórias.

Nas oficinas do Pacto pela BIG, o PTM-BS foi apresentado pelo reitor da UFRRJ, sendo apontada a necessidade de compor uma governança participativa em seu planejamento. Assim, foi possível a identificação das principais demandas de atores sociais, analisar a efetividade na proposta de governança do PTM-BS e a relevância dos projetos de extensão propostos no âmbito de atividades a serem apoiadas através de programa de ações do polo.

## Inclusão e participação das Comunidades Tradicionais: a governança das atividades de extensão do PTM-BS

De acordo com a carta convite do PTM-BS (2020), o Polo é considerado um meio para a promoção do desenvolvimento sustentável através de ações que envolvem os seguintes pilares: Desenvolvimento da Cadeia Produtiva Local; Responsabilidade Social e Negócios Sociais; e Inovação Tecnológica. O projeto

do PTM-BS (2019) em sua agenda de desenvolvimento sustentável, prevê o engajamento e participação coletiva. No entanto, a capacidade de fortalecer uma organização mais democrática e socialmente diversa no meio rural, atendendo aos novos olhares sobre esses espaços, precisa sustentar ações capazes de mitigar conflitos diversos de interesses, se tratando de um grande desafio.

No dia 17 de julho de 2019, ocorreu na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, no Campus de Seropédica, um Fórum sobre o PTM-BS, onde foram apresentados 38 projetos inscritos para seleção (Figura 5), oportunizando uma futura captação de recursos para sua realização. Os projetos de extensão inscritos buscam, principalmente, o desenvolvimento tecnológico e a inovação através de um incremento socioeconômico sustentável nas regiões da BIG e BS. Foram inscritos projetos distribuídos nas linhas de Agricultura, Piscicultura e Aquicultura, Responsabilidade Socioambiental, e Negócios Sociais.

Os projetos buscam atender a demanda de políticas compensatórias e são importantes na mitigação e compensação dos impactos negativos, que incidem nos territórios das BIG e BS, devido à operação dos megaempreendimentos. Pelo fato de os projetos serem elaborados em sua maioria no meio acadêmico, supõe-se que abrangem as estratégias e os percursos a serem tomados para alcançar um desenvolvimento inclusivo em seus objetivos.

Os critérios de avaliação quanto à relevância destes projetos foram: área de execução dentro dos territórios da BIG e BS; participação ou impacto para

comunidades tradicionais; e abordagem pautada em Desenvolvimento Sustentável, enfatizando que esta análise foi realizada após as apresentações, a partir de documentos sobre a realização do Fórum.

Avalia-se, que todos os projetos apresentam abordagem dentro do conceito de Desenvolvimento Sustentável. Entre eles, foram apresentados 16 que não são realizados no território da BIG e BS ou não especificam sua atividade específica na região, e 28 estão dentro desta abrangência territorial, sendo 19 destes, os que têm interface direta ou indireta junto a comunidades tradicionais, trabalhando em algum grau a participação ou promovendo o levantamento de dados e ações de impactos positivos em territórios tradicionais. Destes, 15 projetos remetem às demandas sociais mapeadas em atividades de extensão do PEPEDT.

Na avaliação dos projetos apresentados no Fórum só foi possível identificar se houve consulta ou participação ativa de atores locais

na construção dos projetos, como aqueles que representam comunidades tradicionais, nos casos em que esta característica foi informada. Considera-se que as 28 propostas de projetos que se enquadram nos critérios “área de execução dentro dos territórios da BIG e BS” e “abordagem pautada em desenvolvimento sustentável”, preveem impactos positivos para todos os atores locais, também envolvendo os pescadores, comunidades indígenas, quilombolas, caiçaras, etc. Porém, entre os 19 projetos que apresentaram citação, em específico de impactos positivos para comunidades tradicionais, segundo o critério “participação ou impacto para comunidades tradicionais”, apenas 13 citaram o protagonismo destas quanto a consulta ou elaboração.

**Figura 5: Projetos Inscritos na proposta do PTM-BS na UFRRJ**

Linhas de atuação	Título do projeto	Abordagem de Desenvolvimento Sustentável	Execução na BIG e/ou BS	Abrange comunidades tradicionais	Consulta / elaboração com a comunidade
Agricultura	Do insumo ao consumo: Arranjo produtivo para construção de sistema agroalimentar sustentável na Baixada Fluminense (RJ)	X			
	Produção animal e vegetal, integradas, de âmbito Ecológico e Sustentável	X	X	X	X
	Formação em Empreendedorismo para as comunidades da Baía de Sepetiba (RJ)	X	X	X	X
	Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável para a Baía de Sepetiba-RJ	X	X	X	X
	Metodologia de acompanhamento da comercialização de alimentos frescos no Rio de Janeiro	X			
	Fortalecimento de sistemas agroalimentares de produtos orgânicos e agroecológicos na Baixada Fluminense	X			
	Capacitar para gerar	X			
	Fertilizantes orgânicos industriais de liberação controlada para o desenvolvimento da agricultura regional da baía de sepetiba	X	X		
	Implementação de um sistema integrado de aquicultura e produção de biofertilizantes rurais e urbanos	X			
	Vigilância epidemiológica de agentes etiológicos de importância em águas presentes em rios e estuários e sinantrópicos no entorno da Baía de Sepetiba, estado do Rio de Janeiro.	X	X		
	Fazr- Programa de Desenvolvimento pelo Arranjo Produtivo - Implantação da Primeira Estação de Pré-Embarque do RJ	X			
	Projeto científico - Conhecimento Integrado Aplicado à Pesca e à Conservação da Ictiofauna na Baía de Sepetiba, RJ	X	X	X	X
Piscicultura e Aquicultura	Biodiversidade Fitocidada nos Bancos de Mergulhões	X	X		
	Tratamento teórico e prático em recuperação de nascentes e melhoria da qualidade da água na região da Baixada Fluminense e na Baía de Sepetiba, RJ	X	X	X	X
	Estudos sobre a viabilidade da maricultura na Baía de Sepetiba, Rio de Janeiro	X	X	X	X
	Etnografia ao Maracá da Baía de Sepetiba: descrição das comunidades pesqueiras e do processo produtivo da pesca artesanal	X	X	X	X
	Qualidade de carbono orgânico como indicador do equilíbrio ambiental em águas, sedimentos e solos do estuário da baía de sepetiba	X	X	X	X
	Agrupado de valor ao pescado marinho sustentabilidade capturado na Baía de Sepetiba, Ilhas do Sul do Rio de Janeiro.	X	X	X	X
	Emissões de carbono da dieta pesqueira da Baía de Sepetiba	X	X	X	X
	Utilização de áreas degradadas para o cultivo de peixes em tanque-rede	X	X	X	X
	Projeto Pesca: Criação do Centro de Capacitação em Aquicultura e Educação Ambiental em Pirambu	X	X	X	X
	O Insumo de Protonárgos no Bivalve Maracá (Perna perna). Visitando a Saúde Humana e a Saúde do molusco	X	X	X	X
	Floresta Viva: Propagação de espécies florestais de manguezais da Baía de Sepetiba com fins na restauração e conservação ambiental	X	X	X	X
	Uso de foto-cinza como bioindicador de saúde ambiental para mapear condições socioambientais na Baía de Sepetiba	X	X	X	X
Responsabilidade Socioambiental e Negócios Sociais	Diagnóstico socioeconômico da Baía de Sepetiba	X	X	X	X
	MUSEU DO SOLO DO BRASIL UFRRJ: Ocupação das facilidades que visam a difusão do conhecimento em Ciência do Solo e educação ambiental para escolas dos municípios na Baía de Sepetiba	X	X	X	X
	Capacitação social para o uso seguro da água do lençol freático nas comunidades periferias de Inaguaí e Mangaratiba	X	X	X	X
	Arranjo produtivo de geração alternativa de energia e proteção ao desperdício de potência com supercondutores e tecnologia verde	X	X	X	X
	Potencial de Recuperação Energética dos Resíduos Sólidos Urbanos nos municípios da Baía de Sepetiba e Baixada Fluminense	X	X	X	X
	Enqueramento: Atendimento Terapêutico, Educacional e Resilience de Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais	X	X	X	X
	Open Soil - Algae	X	X	X	X
	Parceria / Ação de coordenação e apoio ao Colegiado Territorial Rural da Baía de Ilha Grande - BIG-RJ	X	X	X	X
	Diagnóstico socio ambiental dos municípios do entorno da baía de Sepetiba (RJ)	X	X	X	X
	Turismo de Baía comunitária em Mangaratiba e o envolvimento dos atores	X	X	X	X
	Um futuro Turístico e de Lazer com Baía em Cultura Múltipla Socia na região da Baía de Sepetiba	X	X	X	X
	Corredor de Visitação de Espições para Educação Ambiental na UFRRJ	X	X	X	X
Conservação e restauração do Patrimônio cultural da UFRRJ	X	X	X	X	
Proposta de implantação de projeto de Geoturismo Geoconservação em sítio da Geo-diversidade na baía de Sepetiba através de iniciativas público-privadas (PPP's)	X	X	X	X	

Fonte: Elaborada pela autora (2021)

Tenório (2008), aponta que por meio da gestão social, os atores locais são incluídos nos processos de discussão, resultando numa igualdade participativa, com dialogicidade, respeitando todos os integrantes de forma igualitária e não excludente. Nesse sentido, o projeto apresentado no Fórum do PTM-BS pelo PEPEDT, teve como temática a construção do OT-BIG, como ferramenta que oferece meios e fomentos a pactuações, ou seja, melhorar a capacidade de controle social e sistematizar informações destinadas às autoridades, à sociedade civil e às empresas. Este projeto em específico, buscou subsídios para a continuidade e aprofundamento dos trabalhos realizados pelo PEPEDT e proporcionar ações de mudança para o desenvolvimento territorial sustentável no território da BIG e BS.

Quanto à proposta de governança no projeto do PTM-BS, avalia-se que esta não abrange a participação de atores sociais, entre os quais as comunidades tradicionais. A estrutura de gestão apresentada no projeto do PTM-BS (2019) demonstra uma governança corporativa, e estratégica, onde os processos decisórios são tomados entre os membros que constituem a tripla hélice, porém, estes dados ainda não estão disponíveis de forma aberta e de fácil acesso. Avalia-se que os processos decisórios sobre atividades e projetos futuros são feitos internamente, não havendo divulgação das datas das reuniões de tomadas de decisões ao público externo à governança corporativa.

A governança corporativa e a dificuldade de acessibilidade das informações ao público externo, podem influenciar na escolha de projetos de

extensão a serem desenvolvidos no âmbito do PTM-BS, de acordo com os interesses do capital. Assim, considera-se que a falta de transparência, pode afetar negativamente a implementação de políticas compensatórias para a busca de um desenvolvimento territorial sustentável na BIG e BS.

## CONCLUSÃO

O Bate-papo com o Colegiado BIG, as oficinas e os cursos de extensão oferecidos pelo PEPEDT, são exemplos de ferramentas que estimulam a participação das comunidades tradicionais e povos originários, ao praticar a Gestão Social, considerada como modelo de gestão fundamental para um desenvolvimento territorial sustentável. A troca de saberes entre a academia e os observadores, através da extensão universitária e em consonância com as atividades de pesquisa de seus membros, é fundamental no sentido de ajudar a mapear a realidade local, subsidiando a análise do cenário para propor ações que não mitiguem os impactos existentes no território, mas que promovam o desenvolvimento multidimensional.

A participação dos atores locais na região da BIG e BS é considerada imprescindível no processo de implementação do PTM-BS, pois estes convivem com os impactos decorrentes da operação dos megaempreendimentos, sendo a resolução de conflitos e o desenvolvimento de atividades de compensação e mitigação, necessários à implementação do desenvolvimento territorial sustentável, como proposto pelo projeto do PTM-BS (2019). A inclusão destes atores nos processos decisórios

que os envolvem, mesmo sem poder de voto, é uma escolha a ser avaliada pela governança do Polo, considerando esta possibilidade, algo fundamental para que haja minimamente uma governança participativa.

O projeto do PTM-BS indica uma governança corporativa para sua gestão, porém, quando este se propõe em seu objetivo principal a ser um indutor na promoção da agenda do Desenvolvimento Sustentável, a falta de uma maior transparência e participação da sociedade civil torna-se uma incongruência. Avalia-se ainda que a pandemia do COVID-19 impactou negativamente no processo de transparência e participação de atores locais no desenvolvimento da proposta do PTM-BS, em meio às mudanças na forma de diálogos e processos decisórios que ocorrem dentro do ambiente de contato remoto.

Os projetos inscritos no Fórum sobre o PTM-BS na UFRRJ, atendem parcialmente a demandas que buscam o desenvolvimento territorial sustentável, porém, algumas destas propostas se estabelecem em um âmbito geral e/ou para uma abrangência externa aos territórios impactados pelos megaempreendimentos. Aqueles que pretendem beneficiar os territórios da BIG e BS e abrangem as comunidades tradicionais, por meio da dialogicidade e participação dos atores locais, atendem a uma política mitigadora e/ou compensatória que supra a demanda social, proporcionando uma maior inclusão social, porém, não são suficientes para mitigar todos os problemas existentes na região.

Para que o objetivo da proposta de projeto do PTM-BS, de incrementar um

desenvolvimento territorial sustentável na área de estudo, seja alcançado com êxito, as decisões referentes à implementação de políticas mitigadoras devem estar de acordo com princípios da Gestão Social. A participação social em processos decisórios, como a escolha dos projetos de extensão associados ao PTM-BS, garante que o processo atenda a real demanda social que resulta o bem-estar, e não aos interesses da gestão estratégica.

Para um resultado efetivo de uso das ferramentas da Gestão Social no estabelecimento do objetivo da proposta do projeto PTM-BS, faz-se necessário uma maior transparência e participação nos processos decisórios, desde o processo de seleção dos projetos a serem implementados, quanto ao investimento em ações que beneficiem a população, em especial as comunidades tradicionais, contemplando as demandas sociais, não se restringindo ao contexto da inovação tecnológica e atividades com impacto na geração de renda, mas abrangendo também a temática sociocultural, buscando a valorização dos territórios por meio de suas vocações culturais, regionais e econômicas, num processo de desenvolvimento multidimensional e sustentável dos territórios.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALERJ. Rio reconhece apenas 6% das duas Comunidades Quilombolas, 2020. Disponível: <<http://www.alerj.rj.gov.br/Visualizar/Noticia/48251?AspxAutoDetectCookieSupport=1>> Acesso em: 01 de setembro de 2021.
- CANÇADO, A. TENÓRIO, F. G.; PEREIRA, J. R. Gestão social: reflexões teóricas e conceituais. Caderno EBAPE. BR, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 681-703, set. 2011.
- COLEGIADO BIG. Carta do Pacto pela Baía da Ilha Grande, 2020.
- CPISP. Observatório Terras Quilombolas no Rio de Janeiro. 2021. Disponível: <<https://cpisp.org.br/direitosquilombolas/observatorio-terras-quilombolas>>. Acesso em: 03 de setembro de 2021.
- FRANCISCO, D. N.; VILLELA, L. E. Controle Social Local face às Transformações e os Impactos Territoriais dos Megaempreendimentos de Itaguaí (RJ). Controle Social e Desenvolvimento Territorial, v. 1, p. 40-47, 2017.
- FIOCRUZ. RJ – Índios Guarani-Mbyá sem espaço para viver em Paraty se instalam em área protegida de Cambinhas, decididos a preservar sambaquis, mas sofrem violência e lutam contra a expulsão, 2015. Disponível: <<http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br>> Acesso em: 01 de setembro de 2021.
- ISA. Situação atual das Terras Indígenas. Terras Indígenas no Brasil. Disponível: <<https://terrasindigenas.org.br>> 03 de setembro de 2021.
- NASCIMENTO, C. A. S. Uma análise sobre a política pública do serviço de convivência e fortalecimento de vínculos (SCFV), em um território marcado pela mudança: o caso do município de Itaguaí (RJ). Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas) - UFRRJ Seropédica/RJ, p. 1-214, 2016.
- \_\_\_\_\_. Território Identitário de Itaguaí - TIdI: Desterritorialização, Resistência e Articulações de Agricultores Familiares e Pescadores Artesanais. Tese (Doutor em Políticas Públicas Comparadas) – Programa de Pós-graduação em Ciência, Tecnologia e Inovação em Agropecuária. UFRRJ, Seropédica / RJ, p 1-443, 2021.
- NOBRE, M. A Teoria Crítica. Editora: Zahar, Rio de Janeiro, 2004.
- OLIVEIRA, D. G. B. ; VILLELA, L. E. NASCIMENTO, C. A. S. . Transformações econômicas e socioeconômicas do município de Itaguaí/RJ a partir da chegada de grandes investimentos: uma análise dos anos 2005 a 2015. Revista Controle Social e Desenvolvimento Territorial, v. 5, p. 108, 2019.
- OTSS. Mais de 30 comunidades tradicionais de Paraty e Ilha Grande se tornaram Patrimônio Mundial da Unesco, e 2019. Disponível: <<https://www.otss.org.br/post/mais-de-30-comunidades-de-paraty-e-ilha-grande-passam-a-integrar-patrimonio-mundial-da-unesco>> Acesso em: 01 de setembro de 2021.
- PEPEDT. O papel do Colegiado como mediador de conflitos sociais nos âmbitos do Pacto Pelo Mar e do Pacto pela BIG. Bate-papo com o Colegiado BIG de 20 de setembro, 2020. Disponível: <<https://www.facebook.com/colégiadoBIG/videos/945931989216296>> Acesso em: 05 de setembro de 2021.
- \_\_\_\_\_. A construção coletiva do OT-

BIG. Bate-papo com o Colegiado BIG de 30 de março, 2021a. Disponível: <[https://www.facebook.com/colegiadoBIG/videos/258736015900\\_152](https://www.facebook.com/colegiadoBIG/videos/258736015900_152)> Acesso em: 05 de setembro de 2021.

. Observatório Territorial da Baía da Ilha Grande e Pactuações. Bate-papo com o Colegiado BIG de 16 de abril, 2021b. Disponível: <<https://www.facebook.com/colegiadoBIG/videos/4451289148230945>> Acesso em: 05 de setembro de 2021.

. Processo de criação coletiva do Observatório Territorial da Baía da Ilha Grande (OT-BIG). Bate-papo com o Colegiado BIG de 16 de abril, 2021c. Disponível: <<https://www.facebook.com/colegiadoBIG/videos/484035016059577>> Acesso em: 06 de setembro de 2021.

. Quilombos e turismo de base comunitária: desafios e potencialidades. Bate-papo com o Colegiado BIG de 16 de abril, 2021c. Disponível: <<https://www.facebook.com/colegiadoBIG/videos/982505732552305>> Acesso em: 06 de setembro de 2021.

PETROBRAS. Projeto de Avaliação de Impactos Cumulativos - PAIC, Região Litoral Sul Fluminense, Levantamento de Dados - Relatório Final, 2019. Disponível: <[https://comunicabaciadesantos.petrobras.com.br/sites/default/files/F3-RF\\_R3-V1\\_relatorio\\_rev1\\_11f\\_ev19.pdf](https://comunicabaciadesantos.petrobras.com.br/sites/default/files/F3-RF_R3-V1_relatorio_rev1_11f_ev19.pdf)> Acesso em: 04 de setembro de 2021.

PINHEIRO, N. E. Trajetória da sustentabilidade: do ambiental ao social, do social ao econômico. Estudo.av, 2012.

PM-BA. Pôle Mer Bretagne Atlantique, 2022. Disponível: <<https://www.pole-mer-bretagne-atlantique.com//fr/>> Acesso em: 02/08/2021.

PTM-BS. Proposta de governança do polo tecnológico do mar da baía de sepetiba. 2019, p. 1-13 . Carta convite. 2020, pg. 1-9.

SILVA, V.A.C. Políticas compensatórias. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA,

L.M.F. DICIONÁRIO: t r a b a l h o , profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/ Faculdade de Educação, 2010. CDROM.

TENÓRIO, F. G. Gestão Social e gestão estratégica. Rio de Janeiro, FGV. 1º Ed, 2013.

VEIGA, José Eli da. Mudanças nas relações entre espaços rurais e urbanos. In: Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional, v. 3, n. 1, p. 123-149, jan-abr, 2006.